

Assunto **Fwd: Re: Fwd: ENC: Pregão Presencial 115/2018**
De Ana Lucia Gomes Fernandes <afernandes@semaepiracicaba.sp.gov.br>
Para <sylvio1rdr@uol.com.br>
Responder para <afernandes@semaepiracicaba.sp.gov.br>
Data 02/10/2018 15:47



----- Mensagem original -----

Assunto:Re: Fwd: ENC: Pregão Presencial 115/2018

Data:02/10/2018 15:42

De:Olívia Patrícia de Brito - SEMAE <obrito@semaepiracicaba.sp.gov.br>

Para:afernandes@semaepiracicaba.sp.gov.br, Alice - Compras <masantos@semaepiracicaba.sp.gov.br>

Boa tarde, Ana

Segue abaixo a resposta dos quesitos.

Quanto aos questionamentos formulados pelo Sr. Renato Sylvio Falcon, representante da empresa Saint-Gobain Canalização Ltda., segue abaixo os esclarecimentos pertinentes:

Questionamento: 1) No edital ou minuta contrato (anexo 2), não consta a validade do contrato. Precisamos ter uma definição clara do seu prazo de validade.

A cláusula décima quinta do edital é alva ao estabelecer que: "15.1. O **prazo de vigência do contrato coincide com o de execução total do objeto**,[...]", sendo certo que a cláusula décima terceira do edital prevê qual o prazo que material deverá ser fornecido, ou seja, "13.1. A **entrega** dos materiais deverão ser efetuadas em **até 75 (setenta e cinco) dias úteis a contar da data de assinatura do Contrato**.", no mesmo sentido são as cláusulas segunda e terceira do contrato, *in verbis*:

"CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

1. A entrega e instalação dos equipamentos deverão ser efetuadas em até 75 (setenta e cinco) dias úteis a contar da data de assinatura do Contrato.
2. **Os tubos deverão ser entregues mediante agendamento prévio de no mínimo 48 horas da chegada do material ao local de fornecimento**
3. O objeto deverá atender rigorosamente as condições e características exigidas pelo SEMAE, **as condições/especificações descritas no Anexo 1**, e ser fornecido conforme estabelecido no edital e seus anexos.
4. Após a entrega será feita conferência para verificação das características e condições dos materiais.
5. No caso de devoluções, a reposição deverá ser feita considerando-se o mesmo prazo da entrega inicial, a contar da comunicação do fato, sem quaisquer ônus para o SEMAE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

1. **O prazo de vigência do contrato coincide com o de execução total do objeto**, ressalvada a garantia, cujas obrigações dela decorrentes deverão ser cumpridas durante o prazo ofertado em proposta."

Além disso, a cláusula décima terceira do contrato estabelece quais os critérios necessários para o recebimento definitivo do objeto contrato, destarte, a vigência do contrato deverá perdurar até o recebimento definitivo do objeto do contrato.

Questionamento: 2) No edital ou minuta do contrato (anexo 2) não consta nenhum índice oficial ou fórmula de reajuste financeiro no caso do fornecimento se estender pois mais de um ano, por motivos não previstos.

A cláusula décima da segunda do edital, determina claramente que: "12.1.Os preços são fixos e irreajustáveis nos termos da legislação que implantou o Plano Real.", nesse mesmo diapasão é a cláusula nona do contrato.

Ademais, é cediço que nos contratos cuja vigência seja inferior a um ano, não há incidência de reajuste, nos moldes estabelecidos no parágrafo 1º, do art. 1º, da Lei nº 10.192/2001, *in verbis*: "Art. 1º As estipulações de pagamento de obrigações pecuniárias exequíveis no território nacional deverão ser feitas em Real, pelo seu valor nominal. [...]"

§ 1º É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano."

No certame licitatório ora questionado, foi previsto que nas cláusulas décima terceira do edital e segunda do contrato, que o prazo para fornecimento do material será de 75 (setenta e cinco) dias úteis, a contar da data de assinatura do Contrato, portanto, o referido prazo é inferior ao previsto na Lei do Plano Real, destarte, não há justificativa plausível para que se estabeleça regras de reajuste como por exemplo a indicação de índices.



Em 01/10/2018 11:06, Ana Lucia Gomes Fernandes escreveu:

Bom dia Olívia,

Segue questionamento.

Att;



----- Mensagem original -----

Assunto:ENC: Pregão Presencial 115/2018

Data:01/10/2018 10:10

De:"Renato Sylvio " <sylvio1rdr@uol.com.br>

Para:<licitacao@semaepiracicaba.sp.gov.br>

Prezada Maria Alice,

Bom dia!

Encaminhamos um questionamento com as seguintes dúvidas:

-) No edital ou minuta contrato (anexo 2), não consta a validade do contrato. Precisamos ter uma definição clara do seu prazo de validade.
-) No edital ou minuta do contrato (anexo 2) não consta nenhum índice oficial ou fórmula de reajuste financeiro no caso do fornecimento se estender pois mais de uma ano, por motivos não previstos.

Conforme a lei 8.666, reproduzida abaixo, estes 02 pontos são necessários a fim de garantir a segurança jurídica do contrato e o seu correto atendimento.

Capítulo III

DOS CONTRATOS

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

Seção IV

Do Procedimento e Julgamento

Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;

III - sanções para o caso de inadimplemento;

IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;

V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;

VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;

IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).

XI - **critério de reajuste**, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, **desde a data prevista para apresentação da proposta**, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

Ficamos no aguardo de sua posição sobre nosso entendimento.

Grato

Saint-Gobain Canalização Ltda.

Renato Sylvio Falcon

RDR Coml. e Repres. Ltda

Fone: 19 - 3237-1529/1530

Sylvio : Cel. 19 - 99761.2370

Isolete: Cel. 19 - 99772.0499

E-mail: sylvio1rdr@uol.com.br

sylviordr@uol.com.br



Livre de vírus. www.avg.com.